

Exportação para PDF

## Nome do inquérito (ID): Relatório de Atividades CPCJ 2018 (541691)

<b>Data de submissão</b> submitdate	01-31-2019 12:27:07
<b>Endereço IP</b>	62.28.152.39
<b>URL de referência</b>	https://mail.seg-social.pt/owa/CPCJ.Armamar@cnpdpcj.pt/
<b>Inquerito grupo</b>	
<b>1 – Identificação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</b>	
<b>CPCJ</b>	CPCJ de Armamar
<b>Distrito / Região Autónoma da CPCJ</b>	VISEU
<b>Concelho</b>	ARMAMAR
<b>Morada</b>	Praça da República
<b>Código Postal</b>	5110-127
<b>Localidade Postal</b>	Armamar
<b>Telefone da CPCJ</b>	254850810
<b>Telemóvel da CPCJ</b>	968491465
<b>Fax</b>	
<b>E-mail</b>	CPCJ.Armamar@cnpdpcj.pt
<b>2 – Composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</b>	
<b>2.1 - Por favor anexe, depois de verificar e validar, o relatório nº1 relativo à composição da CPCJ</b>	
	0
<b>2.2 – Existe alguma entidade sem representante indicado?</b>	Não [N]
<b>2.3 - Periodicidade das reuniões Plenárias da Comissão</b>	Mensal
<b>2.4 - Número total de reuniões da Comissão Alargada no ano em Avaliação</b>	11
<b>2.5 - A CPCJ dispõe de Regulamento Interno aprovado em plenário?</b>	Sim [Y]
<b>2.5.1 - Ano da última atualização</b>	2009
<b>2.5.2 - Submeta o Regulamento Interno</b>	Microsoft%20Word%20-%20CPCJ%20-%20PLANO%20ATIVIDADES%202019.pdf (876.593KB) -
	1
<b>2.6 - No ano em avaliação, a CPCJ elaborou Plano Anual de Atividades?</b>	Sim [Y]

<b>2.7 - No âmbito do Projeto "Tecer a Prevenção" a CPCJ elaborou o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens?</b>	Não [A3]
<b>2.8 - A CPCJ colaborou na elaboração de outros Planos Locais no âmbito da Infância e Juventude?</b>	Não [N]
<b>2.9 - Celebrou instrumentos de cooperação (ex: protocolos/parcerias) ?</b>	Não [N]
<b>3 - No exercício das competências da CPCJ na Modalidade Alargada (ponto 1 do artº 18 da LPCJP) anexar o ficheiro Excel com os dados referentes às ações desenvolvidas:</b>	
	0
<b>4- Modalidade Restrita</b>	
<b>4.1 - Presidente</b>	
<b>4.1.1 - Data Eleição/Designação</b>	01/12/2015
<b>4.1.2 - Nome</b>	Carlos Cruz Campos
<b>4.1.3 - Entidade Representada</b>	d) Saúde
<b>4.1.4 - Data início de funções na CPCJ</b>	01/12/2015
<b>4.1.5 - Valência Técnica.</b>	Saúde
<b>4.1.6 - Outra. Qual?</b>	
<b>4.1.7 - Número de horas de afetação semanal</b>	5
<b>4.2 - Secretário</b>	
<b>4.2.1 - Data Eleição/Designação</b>	12/01/2015
<b>4.2.2 - Nome</b>	Maria Ivete Borges Centenário Reais Ferreira
<b>4.2.3 - Entidade Representada</b>	m) Elementos Cooptados
<b>4.2.4 - Data início de funções na CPCJ</b>	12/01/2015
<b>4.2.5 - Valência Técnica.</b>	Psicologia
<b>4.2.6 - Outra. Qual?</b>	
<b>4.2.7 - Nº de horas de afetação semanal:</b>	11
<b>4.3 - Quantos membros cooptados integram a modalidade restrita?</b>	2
<b>4.3.1 - Com que entidades tem vínculo laboral?</b>	
<b>1</b>	Município [14]
<b>2</b>	Município [14]
<b>3</b>	

<b>4</b>	
<b>5</b>	
<b>4.4 - Identifique as valências técnicas que não estão presentes na composição da CPCJ:</b>	
<b>Direito</b>	
<b>Educação</b>	
<b>Psicologia</b>	
<b>Saúde</b>	
<b>Serviço Social</b>	
<b>4.5 - A CPCJ dispõe de Apoio Técnico nos termos do nº6 do artº 20 da LPCJP?</b>	Não [N]
<b>4.6 - A Comissão Restrita adotou no ano a distribuição do trabalho processual por:</b>	Gestor e Co-gestor [A2]
<b>4.7 - De que forma é assegurado o regime de permanência previsto no Art.º 22º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (LPCJP) – isto é, fora do horário de funcionamento da Comissão?</b>	
<b>Regime Permanência</b>	Sistema de Atendimento Permanente Via Telemóvel
<b>Outro. Qual?</b>	
<b>4.8 - A CPCJ tem horário definido:</b>	
<b>Horário Funcion.</b>	Com Horário de Funcionamento Definido
<b>Outro. Qual?</b>	
<b>4.9 - Periodicidade das reuniões da Comissão Restrita:</b>	
<b>Periodicidade</b>	Quinzenal
<b>Razão/Outra. Qual?</b>	
<b>4.10 - No âmbito do Acordo de Promoção e Proteção, indique quantos encaminhamentos/referenciações de crianças e suas famílias a CPCJ efetuou, designadamente, para as seguintes respostas sociais de apoio:</b>	
<b>Intervenção Precoce (Equipa Local de Intervenção Precoce – ELI) []</b>	0
<b>Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)[]</b>	0
<b>Mediação Familiar[]</b>	0
<b>Terapia Familiar[]</b>	0
<b>Apoios especializados de saúde mental da infância e da adolescência []</b>	0
<b>Apoio psicológico[]</b>	5
<b>Apoio pedopsiquiátrico[]</b>	2
<b>Apoio ao nível de comportamentos aditivos[]</b>	3
<b>Apoio Educativo[]</b>	1
<b>Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco[]</b>	0
<b>Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco[]</b>	0
<b>Outro apoio []</b>	0

<b>4.10.1 - Comportamentos aditivos com/sem substância</b>	
<b>Consumo de Álcool</b>	
<b>Consumo de Estupefacientes</b>	Sim [Y]
<b>Gaming (Jogo de Entretenimento)</b>	
<b>Gambling (jogo a Dinheiro)</b>	
<b>Outro</b>	
<b>4.11 - Indique com que frequência articulou com as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ):</b>	
<b>Município</b>	Muito Frequente [A1]
<b>Freguesia</b>	Pouco Frequente [A3]
<b>Segurança Social</b>	Muito Frequente [A1]
<b>Escolas</b>	Muito Frequente [A1]
<b>Serviços de saúde</b>	Muito Frequente [A1]
<b>IPSS</b>	Pouco Frequente [A3]
<b>Forças de segurança</b>	Muito Frequente [A1]
<b>Associações Desportivas e Recreativas</b>	Pouco Frequente [A3]
<b>Associações de Pais</b>	Pouco Frequente [A3]
<b>Associações de Jovens</b>	Pouco Frequente [A3]
<b>4.12 - No ano em avaliação ocorreram constrangimentos na articulação com as entidades com competência em matéria de infância e juventude?</b>	Não [N]
<b>4.13 - Considerando as problemáticas / situações de perigo que dão origem a Processos de Promoção e Proteção, quais são as respostas sociais de apoio que, no seu território, estão em falta?</b>	Respostas sociais relacionadas com comportamentos aditivos, centros de acolhimento temporários, consultas de especialidade na área da saúde.
<b>5- Atos de Colaboração</b>	
<b>5.1 – No ano em avaliação a CPCJ respondeu à solicitação de atos de colaboração ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 21.º da LPCJP?</b>	Sim [Y]
<b>5.1.1 - Se Sim, indique quantos atos por tipo de colaboração.</b>	
<b>Informação</b>	
<b>Entrevista</b>	
<b>Relatório</b>	
<b>Recolha de Assinatura Consentimento</b>	1.0000000000
<b>Recolha de Assinatura Consentimento art. 13º-A</b>	
<b>Recolha não Oposição da Criança/Jovem</b>	
<b>Visita domiciliária</b>	
<b>Recolha de Assinatura do Acordo de Promoção e Proteção</b>	1.0000000000

<b>Outros</b>	
<b>6 - Articulação com o Ministério Público</b>	
<b>6.1 - A CPCJ já estabeleceu contato com o interlocutor designado pelo Ministério Público (M.P.) ?</b>	Sim [Y]
<b>6.2 - No corrente ano reuniu com o mesmo:</b>	1 a 3 vezes [2]
<b>6.3 - Atendendo ao ponto 2.2 da Diretiva Conjunta estabelecida entre a PGR e a CNPDPCJ assinale os procedimentos que se encontram estabelecidos:</b>	
<b>Elaboração da listagem mensal dos processos que envolvam crianças e jovens vítimas de maus-tratos, negligência grave e abusos sexuais</b>	Sim [Y]
<b>Utilização de capas de cores diferentes nos processos que envolvam crianças e jovens vítimas de maus-tratos, negligência grave e abusos sexuais</b>	
<b>Deslocação do Magistrado interlocutor, às instalações da CPCJ para efeitos de fiscalização</b>	
<b>São cumpridos os procedimentos estabelecidos no ponto 3.3 da diretiva conjunta</b>	
<b>6.4 - O magistrado/interlocutor solicitou que os processos lhe fossem apresentados em sede do MP?</b>	Não [N]
<b>6.5 - Como avalia a articulação entre a CPCJ e o Magistrado/interlocutor designado pelo M.P:</b>	Suficiente [3]
<b>6.6 - Identifique, até três, as propostas de melhoria na articulação com o MP:</b>	
<b>1[Propostas de Melhoria]</b>	
<b>2[Propostas de Melhoria]</b>	
<b>3[Propostas de Melhoria]</b>	
<b>7 - Articulação entre a CPCJ e a Comissão Nacional.</b>	
<b>7.1 - De acordo com os itens propostos, como avalia a articulação estabelecida entre a CNPDPCJ e a CPCJ</b>	
<b>Acompanhamento presencial (reuniões de acompanhamento individualizado)</b>	Insuficiente [A2]
<b>Instrumentos/documentos de apoio à atividade da CPCJ</b>	Suficiente [A3]
<b>Aplicação Informática</b>	Suficiente [A3]

<b>Apoio à Aplicação Informática</b>	Suficiente [A3]
<b>Encontro Anual</b>	Suficiente [A3]
<b>Relatório</b>	Suficiente [A3]
<b>Ações de Formação</b>	Suficiente [A3]
<b>Página de facebook da CNPDPCJ</b>	Muito Bom [A1]
<b>Website da CNPDPCJ</b>	Bom [A4]
<b>7.1.1 -De acordo com itens propostos ou outros que considere relevantes, indique propostas de sugestões :</b>	
<b>Ações de formação</b>	
<b>Acompanhamento presencial (reuniões de acompanhamento individualizado)</b>	
<b>Instrumentos / documentos de apoio à atividade da CPCJ (...)</b>	
<b>Aplicação Informática</b>	
<b>Apoio à Aplicação Informática</b>	
<b>Encontro Anual</b>	
<b>Relatório</b>	
<b>Site</b>	
<b>Facebook</b>	
<b>Outros</b>	
<b>7.2 - Como avalia, em termos globais, a articulação estabelecida entre a Equipa Técnica Regional e a CPCJ durante o ano em avaliação :</b>	Bom [2]
<b>7.2.1 - Identifique, até três, os aspetos positivos e constrangimentos na articulação com a Equipa Técnica Regional/Coordenação Regional da Madeira/ Comissariado dos Açores para Infância, fazendo corresponder uma proposta de melhoria para cada um dos constrangimentos apresentados</b>	
<b>1[Aspetos Positivos]</b>	Sempre disponível para o atendimento e resolução dos problemas.
<b>2[Aspetos Positivos]</b>	
<b>3[Aspetos Positivos]</b>	
<b>1[Constrangimentos]</b>	Não atenderem de imediato por motivos de estarem ocupados.
<b>2[Constrangimentos]</b>	
<b>3[Constrangimentos]</b>	
<b>1[Propostas de Melhoria]</b>	Mais recursos humanos.
<b>2[Propostas de Melhoria]</b>	
<b>3[Propostas de Melhoria]</b>	
<b>7.3 - Algum dos elementos da CPCJ frequentou os cursos de formação no âmbito do PO ISE ou CRESC Algarve 2020, que tiveram lugar durante o ano de 2018?</b>	Sim [Y]
<b>7.3.1 - Quantos elementos participaram por curso de formação?</b>	
<b>Membros Alargada[Curso I - Enquadramento Legal</b>	

<b>das CPCJ]</b>	
<b>Membros Alargada[Curso II – Avaliação e intervenção no sistema de proteção]</b>	
<b>Membros Alargada[Curso III – Processo de promoção e proteção no sistema de gestão das CPCJ]</b>	
<b>Membros Alargada[Curso IV – Aprofundamento da lei de promoção e proteção num estudo de caso]</b>	
<b>Membros Restrita[Curso I – Enquadramento Legal das CPCJ]</b>	5
<b>Membros Restrita[Curso II – Avaliação e intervenção no sistema de proteção]</b>	4
<b>Membros Restrita[Curso III – Processo de promoção e proteção no sistema de gestão das CPCJ]</b>	5
<b>Membros Restrita[Curso IV – Aprofundamento da lei de promoção e proteção num estudo de caso]</b>	4
<b>Apoio Técnico[Curso I – Enquadramento Legal das CPCJ]</b>	
<b>Apoio Técnico[Curso II – Avaliação e intervenção no sistema de proteção]</b>	
<b>Apoio Técnico[Curso III – Processo de promoção e proteção no sistema de gestão das CPCJ]</b>	
<b>Apoio Técnico[Curso IV – Aprofundamento da lei de promoção e proteção num estudo de caso]</b>	
<b>Apoio Administrativo[Curso I – Enquadramento Legal das CPCJ]</b>	
<b>Apoio Administrativo[Curso II – Avaliação e intervenção no sistema de proteção]</b>	
<b>Apoio Administrativo[Curso III – Processo de promoção e proteção no sistema de gestão das CPCJ]</b>	1
<b>Apoio Administrativo[Curso IV – Aprofundamento da lei de promoção e proteção num estudo de caso]</b>	
<b>7.3.2 - De uma forma global, como é que a CPCJ avalia as ações dos cursos de formação no âmbito do PO ISE ou CRESC Algarve 2020?</b>	

<b>Curso I – Enquadramento Legal das CPCJ</b>	Bom [3]
<b>Curso II – Avaliação e intervenção no sistema de proteção</b>	Bom [3]
<b>Curso III – Processo de promoção e proteção no sistema de gestão das CPCJ</b>	Bom [3]
<b>Curso IV – Aprofundamento da lei de promoção e proteção num estudo de caso</b>	Bom [3]
<b>8 - Apadrinhamento Civil</b>	
<b>A CPCJ propôs no ano em avaliação, o apadrinhamento civil para alguma das crianças acompanhadas?</b>	Não [N]
<b>9 - Participação de crianças e jovens em atividades de natureza cultural, artística ou publicitária</b>	
<b>A CPCJ rececionou, durante o ano transato, requerimentos de autorização e/ou comunicações para participação de crianças e jovens em atividades de natureza cultural, artística ou publicitária?</b>	Não rececionou requerimentos de autorização e/ou comunicações [1]
<b>10 - Pedidos de intervenção de carácter internacional</b>	
<b>10.1 - No ano em avaliação, a CPCJ foi chamada a colaborar, prestando informação, ou a intervir relativamente: a crianças ou jovens em situação de perigo ou com medidas de Promoção e Proteção que se encontravam a residir no estrangeiro e que vieram residir para Portugal ou crianças ou jovens que se encontravam a residir em Portugal, em situação de perigo ou com medida de Promoção e Proteção, que foram viver para o estrangeiro?</b>	Não [N]
<p><b>Atenção:</b></p> <p>Deve imprimir este relatório antes de o submeter, para tal clique no botão direito do rato e escolha imprimir (Ver instruções). Guarde no seu</p>	



**computador.  
Poderá proceder a alterações  
e nova impressão até ao dia  
31 de Janeiro, através do  
vosso link.**